



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

POLITICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

A Zêzero está empenhada e comprometida no cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais, da privacidade e da segurança da informação.

A nossa política de Privacidade explica quem somos, em que finalidades podemos usar os seus dados, como tratamos, com quem partilhamos, durante quanto tempo os conservamos, bem como as formas de entrar em contacto connosco e de exercer os seus direitos.

COMPROMISSO

A Zêzero – Produção Agrícola e Avícola do Zêzere, S.A., pessoa coletiva nº 501 686 460, com sede na Rua Eduardo Mota nº 550, Paio Mendes, 2240-518 Ferreira do Zêzere, enquanto entidade responsável pela recolha e tratamento dos seus dados pessoais, assume o compromisso de cumprir o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 relativo a proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados já publicado e diretamente aplicável em todos os países da EU a partir de maio 2018)

RECOLHA E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Para os fins desta política de privacidade, dados pessoais considera toda a informação relativa à identificação do seu titular ou que possam levar à sua identificação de forma direta ou indireta, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural, religiosa ou social, independente do respetivo suporte, quer seja eletrónico, informático, papel, som e imagem.

As categorias de dados pessoais que estão sujeitos a tratamento por parte da Zêzero, para fins referidos nesta política são:

- ❖ Nome, data nascimento, estado civil
- ❖ Número de identificação
 - BI, NIF, carta de condução, Passaporte
- ❖ Nome do banco, número de conta
- ❖ Número de telefone
- ❖ Endereços de identificação e localização
 - Físicos (morada)
 - Eletrónicos (e-mail)
- ❖ Informações pessoais e profissionais contidas nos currículos
- ❖ Dados Biométricos (Impressão digital)
- ❖ Dados de candidaturas a emprego
- ❖ Registos fotográficos e multimédia resultantes de eventos ou visitas

Formas da recolha de dados

A forma de recolha de dados pode ser feita direta junto do titular dos dados

- ❖ Clientes
 - Pelo preenchimento da ficha de cliente
 - Registo no site e realização de pedidos de contato pelo website
- ❖ Candidaturas/recrutamento
 - Preenchimento da ficha de candidatura e entrega do currículo
 - Envio de candidatura e currículo através do website

Quando o utilizador navega no nosso website, fá-lo de forma anónima. Não registamos automaticamente informação pessoal, incluído o seu endereço de email.

LICITUDE DO TRATAMENTO DE DADOS

O tratamento de dados pessoais só é lícito se, e na medida em que se verifique uma das seguintes situações, previstas nas alíneas do art.º 6º. do RGPD:

O consentimento é uma das causas de legitimidade do tratamento dos dados, mas este, deve agora ser um consentimento expresso, por escrito, oralmente ou através da validação de uma opção, específico e inequívoco mediante um ato positivo da qual resulte a clara e informada autorização do titular para o tratamento dos dados.

Não é, contudo, a única fonte de legitimidade para o tratamento de dados pessoais, podendo este ter outros fundamentos também previstos no art.º 6º, como o tratamento necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados, como por exemplo para a preparação de uma proposta de produtos e/ou serviços.

Será este o fundamento para o tratamento dos dados pessoais dos trabalhadores, a existência de um contrato de trabalho, ou outro titular dos dados com os quais exista um contrato ou se esteja a diligenciar nesse sentido.

Quando o tratamento dos dados seja necessário para cumprimento de uma obrigação jurídica a que a Zêzero está sujeita, como por exemplo a comunicação de dados de identificação a entidades judiciais, policiais, fiscais ou reguladoras.

O tratamento dos dados seja necessário para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular, no caso de o titular dos dados estar física ou legalmente incapacitado de dar o seu consentimento.

Seja necessário o tratamento dos dados ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que está investido o responsável pelo tratamento.

Por fim, o tratamento dos dados seja necessário para efeitos de interesses legítimos da Zêzero ou por terceiros, como por exemplo, o tratamento de dados para a melhoria de qualidade de serviço, e quando os nossos motivos para a sua utilização prevalecem sobre os direitos de proteção de dados.

CONSERVAÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Operações	Finalidades	Duração
Gestão contabilística, fiscal e administrativa	- Contabilidade, faturação - Informação fiscal, incluindo envio de informação à autoridade tributária	Prazos legais segundo as normas nacionais e internacionais
Gestão salarial	- Processamento de salários, comissões - Informação à Autoridade Tributária e Segurança Social - Informação à seguradora - Informação à entidade gestora de SHST	
Gestão de cliente	- Gestão de informações ou pedidos de cotação - Gestão de reclamações - Gestão de faturação, cobrança e pagamentos - Análise de consumo - Registos escritos para prova de transação comercial e comunicações no âmbito da relação contratual	
Controlo da segurança física	- Videovigilância em instalações - Controlo de entradas e saídas através de dados Biométricos	Com consentimento do titular dos dados
Comunicação social	- Divulgação de Fotografias e vídeos como estratégia publicitaria	

Sempre que não exista uma obrigação legal específica, os dados pessoais são tratados pela Zêzero, apenas pelo período de tempo necessário para a realização da finalidade definida.

Os dados informatizados serão conservados e controlados no servidor da Zêzero enquanto que os dados físicos estarão no arquivo devidamente fechados com acesso restrito a pessoas autorizadas e responsáveis por esse espaço.

TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

A empresa Zêzero considera titular dos dados, pessoa singular ou coletiva (empresas e associações) a quem os dados dizem respeito e que usufrui dos produtos e/ou serviços da empresa, como sejam:

- ❖ Clientes
- ❖ Colaboradores
- ❖ Sócios
- ❖ Fornecedores
- ❖ Prestadores de serviços
- ❖ Candidatos e emprego
- ❖ Estagiários

- ❖ Participantes em eventos promovidos pela Zêzero
- ❖ Visitantes das instalações
- ❖ *Stakeholders*

e todas as outras pessoas singulares cujos dados pessoais sejam tratados pela Zêzero.

OS SEUS DIREITOS ENQUANTO TITULAR DE DADOS AO ABRIGO DO RGPD

Nos termos previstos na legislação aplicável, enquanto titular dos dados, é garantido o direito de acesso aos dados que lhe dizem respeito, podendo solicitar a sua retificação ou aditamento contactando para o efeito a Zêzero. Os titulares dos dados têm o direito à recusa, de todo ou em parte, do tratamento dos respetivos dados.

Assim, enquanto titular dos dados garante os seguintes direitos previstos nos artigos 16º a 21º do RGPD:

1. Direito a ser informado – Os titulares dos dados têm o direito a receber informações sobre os termos do tratamento de dados pessoais aquando da sua recolha. As informações devem ser prestadas por escrito. Se o titular assim o solicitar, a informação poderá ser prestada oralmente, desde que a identidade do titular seja comprovada por outros meios.

Por exemplo, na candidatura a recrutamento, informação relativa ao tratamento de dados em caso de recrutamento e ao arquivo e destruição dos dados.

2. Direito de acesso – O art. 15.º consagra o direito do titular dos dados de obter do responsável pelo tratamento a confirmação de que os seus dados pessoais são ou não objeto de tratamento. Caso sejam alvo de tratamento, o titular tem o direito a aceder aos seus dados pessoais e às seguintes informações:

- ❖ Às finalidades do tratamento dos dados;
- ❖ Às categorias dos dados pessoais em questão;
- ❖ Os destinatários ou categorias de destinatários a quem os dados são, foram ou serão divulgados;
- ❖ Caso seja possível, o prazo previsto de conservação dos dados;

O exercício deste direito por parte do titular dos dados confere-lhe o direito a receber uma cópia dos dados pessoais em fase de tratamento, fornecida pelo responsável pelo tratamento, podendo ser fornecida num formato eletrónico de uso corrente, caso o pedido tenha sido efetuado por esse meio e o titular dos dados não solicitar o contrário.

3. Direito de retificação – Direito de solicitar a retificação de dados incorretos e preenchimento de dados incompletos, sem demora injustificada.

4. Direito ao apagamento – O direito ao apagamento dos dados, previsto no art. 17.º do Regulamento, estabelece como o direito do titular dos dados a obter do responsável pelo tratamento o apagamento dos seus dados pessoais, sem demora injustificada, quando se verifique um dos seguintes motivos:

- ❖ Os dados deixam de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- ❖ O titular se opõe ao tratamento e não existem interesses legítimos preponderantes que justifiquem esse tratamento;
- ❖ Quando os dados pessoais tenham sido tratados ilícitamente;
- ❖ Quando os dados foram recolhidos no contexto da oferta de serviços da sociedade da informação.
- ❖ Para dar cumprimento a uma obrigação jurídica decorrente do direito da União Europeia ou de um Estado Membro a que o responsável esteja sujeito;

5. Direito à limitação do tratamento – Para fazer face à impossibilidade de proceder ao apagamento dos dados, o legislador previu no art. 18.º o Direito à limitação do tratamento que confere ao titular dos dados o direito de obter do responsável pelo tratamento a limitação do tratamento. Neste contexto, o titular tem direito a que o responsável faça a limitação do tratamento num dos seguintes casos:

- ❖ Contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita ao responsável pelo tratamento verificar a exatidão dos dados;
- ❖ Quando o tratamento for ilícito e o titular dos dados se opõe ao apagamento dos dados pessoais, pode solicitar a limitação da utilização.
- ❖ Quando o responsável pelo tratamento deixa de precisar dos dados pessoais para fins de tratamento, mas os mesmos são requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.
- ❖ Opor-se ao tratamento de dados até se verificar que os motivos legítimos do responsável pelo tratamento prevalecem sobre os do titular dos dados.

O titular dos dados a quem tenha sido deferida a limitação do tratamento tem direito a ser informado pelo responsável do tratamento antes de ser anulada a limitação ao referido tratamento.

6. Direito de portabilidade de dados – Este direito é a consagração da necessidade de dar ao titular dos dados o completo domínio sobre os seus dados, permitindo ao titular dos dados solicitar a entrega dos dados ou a outra entidade nomeada por si. O titular dos dados tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido a um responsável pelo tratamento, num formato que possa ser facilmente lido por outro responsável pelo tratamento, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, quando:

- ❖ O tratamento se baseie no consentimento;
- ❖ O tratamento for realizado por meios automatizados.

7. Direito à não sujeição a decisões automatizadas – O titular dos dados tem o direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado dos seus

dados pessoais, incluindo a definição de perfis, que produza efeitos na esfera jurídica ou que afete significativamente de forma similar.

O titular dos dados não poderá exercer este direito quando a decisão seja necessária para a celebração ou a execução de um contrato entre o titular dos dados e um responsável pelo tratamento, seja autorizado pelo direito da União Europeia ou Estado-Membro a que o responsável pelo tratamento estiver sujeito, e na qual estejam igualmente previstas medidas adequadas para salvaguardar os direitos e liberdades e os legítimos interesses do titular dos dados ou for baseada no consentimento explícito do titular dos dados.

Nos casos em que o titular dos dados não se possa opor a decisão com base nos perfis, o responsável pelo tratamento aplica medidas adequadas para salvaguardar os direitos e liberdades legítimos interesses do titular dos dados, designadamente o direito de, pelo menos, obter a intervenção humana por parte do responsável para manifestar o seu ponto de vista e contestar a decisão.

8. Direito de oposição – o titular dos dados tem o direito de se opor, a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito, nomeadamente quando os seus dados sejam tratados para efeitos de comercialização direta.

O direito do titular dos dados de se opor ao tratamento dos dados pessoais deverá ser explicitamente comunicado ao seu titular e apresentado de modo claro e distinto de quaisquer outras informações o mais tardar no momento da primeira comunicação ao titular dos dados.

PROCEDIMENTO PARA O EXERCÍCIO DE DIREITOS PELOS TITULARES DOS DADOS

Os titulares dos dados poderão exercer os seus direitos por uma das seguintes formas colocadas ao seu dispor:

- ❖ Dirigindo-se pessoalmente à sede da Zêzero, S.A em Rua Eduardo Mota, nº 550, Paio Mendes, 2240-518 Ferreira do Zêzere, nos dias úteis entre as 8:00 e 18:00.
- ❖ Por email, para zezerovo@zezerovo.pt
- ❖ Mediante pedido por escrito, por carta dirigida a Zêzero, enviada para a morada “Rua Eduardo Mota, nº 550, Paio Mendes, 2240-518 Ferreira do Zêzere”.

RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DOS DADOS

- ❖ Os titulares são responsáveis por prestar informações fidedignas à Zêzero.
- ❖ Os titulares dos dados são também responsáveis por utilizar os serviços e produtos da Zêzero com respeito pelas regras de segurança da informação e deverão respeitar sempre os dados pessoais de terceiros, incluindo outros utilizadores dos serviços e produtos fornecidos pela Zêzero.

MEDIDAS TÉCNICAS E ORGANIZATIVAS DE SEGURANÇA

A Zêzero desenvolve os melhores esforços para proteger os seus dados pessoais contra a destruição, perda, alterações acidentais ou ilícitas e divulgação ou acessos não autorizados. Para o efeito a empresa Zêzero utiliza sistemas de segurança, regras e outros procedimentos, de modo a garantir a proteção dos seus dados pessoais, bem como para prevenir o acesso não autorizados aos dados, o uso impróprio, a sua divulgação, perda ou destruição.

ALTERAÇÕES À POLITICA DE PRIVACIDADE

A Zêzero pode alterar esta política de privacidade a qualquer momento e sem aviso prévio. As alterações serão devidamente publicadas em www.zezero.pt